

# **REGULAMENTO DO QUADRO DE ARBITRAGEM**

## **Capítulo I – DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º - O Quadro de Arbitragem da FTMDF é constituído por árbitros devidamente habilitados para o exercício dessa função, com direitos e deveres constantes nos Estatutos, Regulamentos e Leis em vigor na FTMDF e CBTM, e no presente Regulamento.

Art. 2º - Só poderão integrar o Quadro de Arbitragem da FTMDF os árbitros habilitados pela ITTF, pela CBTM ou pela própria FTMDF e reconhecidos por esta Federação e pela CBTM, que, além dos conhecimentos indispensáveis para a função, venham prestando seus serviços à FTMDF.

Art. 3º - Qualquer árbitro, para atuar em competições de níveis regional, nacional e internacional, deverão estar previamente e devidamente registrados na FTMDF e na CBTM, devendo pagar anualmente a TRA (Taxa de Registro Anual) e estar com o seu cadastro atualizado.

## **Capítulo II – DA CLASSIFICAÇÃO**

Art. 4º - Os árbitros da FTMDF são classificados como árbitros de categoria Estadual.  
Parágrafo único. A Categoria Estadual é constituída por árbitros credenciados pelas Federações estaduais, ou mesmo pela CBTM, após Curso de Regras de teoria e prática com prova de conhecimentos, a fim de atuarem em competições de âmbito estadual sob coordenação da CBTM ou Federação filiada.

Art. 5º - Caberá à Comissão de Árbitros, conforme dispositivo estatutário, decidir, sob qualquer aspecto, a respeito de suspensões ou licenças de árbitros da FTMDF.  
Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Árbitros será nomeado Coordenador de Arbitragem, que será a pessoa destinada a conduzir e mediar as reuniões e organização do quadro de arbitragem.

## **Capítulo III – DA INCLUSÃO OU EXCLUSÃO NO QUADRO DE ARBITRAGEM E DESLIGAMENTO**

Art. 6º - A proposta para inclusão de árbitros no Quadro de Arbitragem da FTMDF seguirá o disposto no Art. 4º deste regulamento.

Art. 7º - O árbitro pode ser desligado do Quadro de Arbitragem da FTMDF quando este se recusar a atender à convocação, sem motivo justificado ou por indisciplina em eventos promovidos, realizados ou coordenados pela FTMDF ou pela CBTM.

§ 1º - Deve-se garantir o direito ao contraditório e ampla defesa em caso de medida restritiva de atuação de árbitros, cabendo ao TJD-Estadual e ao STJD, em última instância, o julgamento e a punição em caso de medidas disciplinares.

§ 2º - O pedido para a exclusão de árbitros do Quadro de Arbitragem da FTMDF deverá ser proveniente da Comissão de Árbitros da FTMDF, endereçada à Procuradoria do TJD-Estadual.

§ 3º - O árbitro desligado do Quadro de Arbitragem da FTMDF somente poderá retornar após cumprida a sua pena de suspensão.

## **Capítulo IV – DA PROMOÇÃO, PROVAS E EXAMES**

Art. 8º - A promoção de árbitros seguirá o regulamento estabelecido pela CBTM, para o nível nacional, e ITTF, para o nível internacional.

Art. 9º - A realização de provas e exames seguirá as diretrizes e o conteúdo programático de cursos de formação, bem como regulamentação específica da FTMDF, CBTM e/ou ITTF.

## **Capítulo V – DAS ATUAÇÕES**

Art. 10 - Para que os árbitros possam atuar dentro das conformidades das Leis do Tênis de Mesa, é necessário que estes sejam comunicados da escala de arbitragem elaborada pelo Coordenador de Arbitragem, registrada por meio de Nota Oficial.

Art. 11 - Quando do início da competição, será entregue ao árbitro uma bola ou uma caixa de bolas e o árbitro se tornará responsável por estes. Quando a bola estiver imprópria para jogar, o árbitro deverá levar a bola danificada até a Mesa de Controle para trocá-la por outra. Se o árbitro não estiver de posse da bola danificada e solicitar outra, serão descontados R\$ 5,00 (cinco reais) da sua ajuda de custo de manutenção.

Art. 12 - O árbitro deverá estar presente ao evento 01 (uma) hora antes do início programado da primeira rodada ou mediante determinação do Árbitro Geral. A tabela abaixo determina os seguintes procedimentos em caso de atraso:

I - Atraso 1ª vez – Notificação por escrito.

II - Atraso 2ª vez – Multa 20% sobre a remuneração prevista.

III - Atraso 3ª vez – Multa de 40% sobre a remuneração prevista e dispensa do Evento.

Art. 13 - São direitos dos árbitros registrados no Quadro de Arbitragem da FTMDF:

a) Ter livre ingresso no local das competições ou reuniões nos eventos, mediante o uso de crachá, ou outra identificação apropriada.

b) Levar para debates, nas reuniões oficiais, todas as dúvidas de interpretação das Regras Oficiais.

- c) Frequentar os cursos ou palestras porventura instituídas pela CBTM ou FTMDf, visando conhecer e empregar melhores técnicas para o seu aperfeiçoamento.
- d) Receber os certificados ou diplomas a que tiverem direito, por aprovação nos exames dos diversos níveis da arbitragem ou ao reconhecimento de participação nos eventos de competição da FTMDf e/ou da CBTM.
- e) Receber as ajudas de manutenção estipuladas pela FTMDf nos eventos.

Art. 14 - Para a atuação de árbitros em eventos da FTMDf e da CBTM, será obedecido o seguinte procedimento:

- a) Confeção da Lista de Nomes, com critérios técnicos, estabelecida pelo Coordenador de Arbitragem da FTMDf, indicando o número de árbitros, que será no máximo igual ao dobro do número de mesas previstas para o evento, mais o Árbitro Geral e o(s) Árbitro(s) Adjunto(s). Este grupo de Árbitros, Árbitro Geral e Árbitro(s) Adjunto(s) serão denominados Equipe de Arbitragem do Evento.
- b) O Coordenador de Arbitragem da FTMDf submeterá a lista de nomes à Direção Técnica da FTMDf ou CBTM, quando for o caso, para avaliação e confirmação.
- c) Dentro da lista de árbitros aptos, retornada pela FTMDf ou CBTM ao Coordenador de Arbitragem da FTMDf, este fará a convocação de todos os árbitros selecionados.

Art. 15 - Devem ser observadas e acatadas paralelamente às convocações as normas que visem valorizar a disponibilidade e funcionalidade dos árbitros, por merecimento, como árbitros que tenham atuado ou atendido o maior número de vezes às convocações no último semestre imediato e que se mostrem sempre dispostos a colaborar para o bom andamento das competições, bem como aqueles que menos tenham sido advertidos ou descontados nos valores a receber, por quaisquer motivos.

## **Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 16 - Os árbitros, quando estiverem atuando em eventos da FTMDf usarão uniformes estabelecidos ou fornecidos por esta.

Art. 17 - A atividade de cada árbitro poderá ser devidamente anotada em sua ficha individual, que será de responsabilidade do Coordenador de Arbitragem.

Art. 18 - Os árbitros serão dirigidos por um Árbitro Geral, Árbitro(s) Adjunto(s) e pelo Coordenador de Arbitragem da FTMDf.


Art. 19 - Os árbitros do Quadro de Arbitragem ficam sujeitos às normas emanadas pela CBTM, em especial o Manual do Tênis de Mesa e o Manual de Arbitragem, bem como as regras instituídas pela ITTF e legislação em vigor.

Art. 20 - Para avaliar o desempenho dos árbitros nos eventos, a FTMDf deverá apresentar um relatório trimestral sobre a atuação de cada árbitro nos eventos, sob responsabilidade do Coordenador de Arbitragem.

Art. 21 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Árbitros.

Art. 22 - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília/DF, 20 de maio de 2021.



---

JORAN LERMISON LOPES FREIRE  
Presidente da FT MDF